

AVALIAÇÃO DE PROFESSORES SOBRE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DO MUNICÍPIO DE MUTUÍPE-BA

SILVA, N.S- Bolsista PIBIC/UFRB-CFP
CONCEIÇÃO, M.B.- Bolsista PIBIC/UFRB-CFP
SANTOS, E. R. L.- Bolsista PROPAAE/ UFRB-CFP
SANTOS, F.R.- Professora Dr^a/ UFRB-CFP
OLIVEIRA, T.C.B.C - Professora Adjunta/ UFRB-CFP

RESUMO: Este artigo tem como objetivo refletir sobre as diferentes estratégias utilizadas pelos professores do Atendimento Educacional Especializado para avaliar as crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O processo de avaliação deve acontecer de forma diferenciada, a fim de levar em consideração as especificidades de cada aluno, permitindo que o professor possa identificar as necessidades individuais das crianças que tem necessidades educativas especiais. Para a realização desse estudo nos remetemos aos dados da pesquisa de campo, com enfoque qualitativo realizada no município de Mutuípe-Ba com os professores das Salas de Recursos Multifuncionais. Os resultados da mesma apontaram para a importância dos professores conhecerem as especificidades de cada criança para que desenvolva a avaliação de forma significativa. Assim, concluímos que durante a avaliação desses educandos devem ser levadas em consideração as características da deficiência e a singularidade de cada sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Educacional Especializado – Processo Avaliativo – Necessidades Educativas Especiais

INTRODUÇÃO:

Este trabalho é fruto de uma pesquisa intitulada “Estudo em Rede sobre as Salas de Recursos Multifuncionais nas Escolas Comuns nos Municípios de Amargosa e Mutuípe”. A pesquisa faz parte do projeto “ONEESP - Observatório Nacional de Educação Especial: Estudo em Rede Nacional sobre as Salas de Recursos Multifuncionais nas Escolas Comuns” envolvendo diversas universidades.

O trabalho visa refletir sobre diferentes estratégias utilizadas pelos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para avaliar as crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), tendo em vista que a avaliação na perspectiva inclusiva requer mudanças na postura do professor com relação às práticas educativas, os instrumentos utilizados e critérios estabelecidos, no sentido de verificar junto aos alunos a construção de conhecimentos significativos, a sua interação e inclusão escolar.

Fundamentado nos estudos desenvolvidos por Beyer (2006), Teixeira e Nunes (2010), Fernandes e Viana (2009), além das Diretrizes de Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem para a Educação Básica (2008), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007), e os Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares (1998) e com base nas análises das entrevistas realizadas com os professores do AEE do referido município, estas desenvolvidas durante uma pesquisa colaborativa, abordaremos ao longo deste texto sobre as práticas pedagógicas de avaliação utilizadas no atendimento a crianças especiais as quais necessitam de metodologias diferenciadas no intuito de garantir-lhes um processo educacional de qualidade.

Sabemos que para que o processo de inclusão aconteça, faz-se necessário que ocorram mudanças nas estratégias pedagógicas e avaliativas do professor, a fim de que este atenda as necessidades de cada educando, tendo em vista que no processo de aprendizado da criança com NEE o professor do Atendimento Educacional Especializado deve levar em consideração as diferenças de cada sujeito. Mesmo que apresentem as mesmas deficiências, elas ainda possuem características específicas entre si, as quais devem ser trabalhadas individualmente, necessitando assim de Plano de Desenvolvimento Individual.

1.0 - AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Pensar em Avaliação Escolar no contexto da educação inclusiva pressupõe que sejam discutidas as estratégias de avaliação oferecidas a todas as pessoas com Necessidades Educativas Especiais, bem como a importância do professor observar as características específicas de aprendizagem dos educandos. Para tanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva asseguram a estas pessoas o direito ao conhecimento de qualidade, além de proporcionar aos mesmos a possibilidade de interação social.

Segundo Teixeira e Nunes (2010), muitas são as polêmicas a respeito da inclusão de alunos especiais em classes regulares, pois consideram que estas pessoas não deveriam estar presentes nestes espaços, acreditam que o ambiente mais adequado

para estes era os locais segregadores, onde as pessoas não interagem com outros indivíduos considerados normais, tendo em vista que há muitos anos a educação acontece de forma normatizadora e classificatória.

De acordo com as autoras, a sociedade ainda possui uma visão de padronização, considerando que pessoas normais são as que atendem um padrão social estabelecido. No entanto, esquecem que vivemos numa sociedade que é formada pela diversidade, isto é, por pessoas diferentes, onde cada um possui as suas especificidades.

De acordo com Zabala (1998), a avaliação é tida como um elemento que busca medir o nível de aprendizado das crianças. Assim,

A avaliação é considerada como um instrumento sancionador e qualificador, em que o sujeito da avaliação é o aluno e somente o aluno, e o objeto da avaliação são as aprendizagens realizadas segundo certos objetivos mínimos para todos. (ZABALA, 2009, p.195)

Estas discussões são observadas quando se trata da avaliação para pessoas com NEE, pois avaliar o processo de aprendizagem desses alunos requer identificar e apresentar as características e funcionalidades específicas de cada um.

Alguns acreditam que o objetivo da avaliação é comparar resultados e medir conhecimentos. Ao contrário disso, a avaliação possibilita que o professor identifique as competências e habilidades durante o processo de aprendizagem do seu aluno e a partir desses resultados, pode-se repensar suas propostas pedagógicas, utilizando estratégias diferenciadas. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007),

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana. (BRASIL, 2007, p. 11)

Deste modo, a avaliação na perspectiva inclusiva requer que ocorram mudanças na postura do professor com relação às práticas educativas existentes em sala de aula. Nesse sentido, cabe ao mesmo propiciar aos alunos a construção de conhecimentos significativos, favorecendo assim a interação e participação destes na sociedade.

Inicialmente, a avaliação pressupõe o julgamento de certo ou errado a respeito de algo ou alguém. Porém, esta vai além, permite que o professor acompanhe o desenvolvimento de cada aluno, tendo em vista que este profissional poderá utilizar deste instrumento como forma colaborativa, a fim de obter informações sobre as realidades de cada um através das atividades propostas em sala de aula, poderá também utilizar a avaliação como alternativa que removam as barreiras da aprendizagem.

De acordo com as Diretrizes de Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem para a Educação Básica (2008), durante o processo avaliativo, o professor deve levar em consideração as características de cada sujeito, bem como as suas especificidades, observando o desempenho e o crescimento em relação aos aspectos cognitivo, afetivo e social. Para tanto, o professor poderá utilizar como instrumento de avaliação as atividades realizadas na sala de aula, os portfólios, as observações, dentre outros elementos avaliativos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares (1998) também cita que, o processo avaliativo direcionado aos alunos com necessidades educativas especiais devem focalizar os aspectos do desenvolvimento biológico, intelectual, motor, emocional, social, comunicação e linguagem; o nível de competência curricular, capacidades do aluno em relação aos conteúdos curriculares anteriores a seu desenvolvimento; o estilo de aprendizagem, motivação, capacidade de atenção, interesses acadêmicos, estratégias próprias de aprendizagem, tipos preferenciais de agrupamento que facilitam a aprendizagem e condições físico-ambientais mais favoráveis para aprender.

É válido ressaltar, que se faz necessário também que ocorra o diálogo entre o professor da sala comum e o professor do Atendimento Educacional Especializado, a fim de que estes adéquem da melhor forma possível os materiais e o currículo a ser utilizado pelo aluno com NEE na sala regular, de modo que esta interação contribui significativamente com o aprendizado da criança, além de perceberem os avanços e retrocessos do aluno tanto na sala comum, quanto no AEE. Além do professor é necessário que toda comunidade escolar esteja envolvida no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Para Teixeira e Nunes (2010), a avaliação tem o papel de diagnosticar os avanços e retrocessos durante o desenvolvimento da criança com necessidades especiais, isso permite que o professor possa oferecer subsídios que favoreçam a aprendizagem dos educandos, concretizando assim um ensino de qualidade. Porém,

encontram-se grandes desafios com relação às possibilidades de romper o caráter segregativo e classificatório que este instrumento possui, assumindo assim uma ação libertadora e colaborativa, onde ocorra o diálogo entre os sujeitos.

Nesse sentido, permitir que as crianças com NEE sejam avaliadas é possibilitar que estas tenham o direito de serem avaliadas de acordo com as suas potencialidades, além de serem percebidas como pessoas capazes de superar as expectativas que a sociedade tem sobre ela, demonstrando que estes tem a capacidade de apresentar resultados, competências e conhecimentos. E não privar que os sujeitos tenham direito de serem avaliados e analisados, percebendo assim o seu desenvolvimento e crescimento.

De acordo com a Lei 9.394/96 em seu Artº 24, inciso V, o processo avaliativo deve cumprir algumas regras, as quais contribuem para verificar o rendimento escolar, sendo este observado através dos seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Deste modo, avaliar a aprendizagem das pessoas com Necessidades Educativas Especiais envolve muito mais do que uma simples atividade realizada em sala de aula, constitui-se de uma avaliação que seja feita de forma processual e contínua, a qual permita ao professor observar todo o desempenho de seus alunos, além de ser uma maneira de integrar essas pessoas e não de excluí-las.

Para Beyer (2006), todos os sujeitos são avaliados independente da posição que ele ocupe. Assim como a aprendizagem do aluno é avaliada, as práticas docentes também passam pelo processo de avaliação feito pela equipe pedagógica, assim como esta também é avaliada, pela direção, como esta é pela secretaria de educação, que é pelos pais, entre outros. O autor cita que “toda avaliação é circular, englobando todos os sujeitos envolvidos no processo de ensinar na escola”. (p.102)

Muitas vezes a avaliação é vista como um instrumento de promoção ou retenção, mas a esta deve ser entendida como método formativo ao invés de exercer a função de controle, o qual pode ser utilizado para também rever as práticas docentes, a fim de

transformá-las. Neste sentido, este instrumento pode ser utilizado para contribuir com a melhoria do ensino ofertado aos alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Segundo Fernandes e Viana (2009), há muitos anos, atribuem o fracasso escolar aos alunos ou a família. Acreditam que as condições socioeconômicas da família influenciam no insucesso escolar da criança. E isto são fatores que muitos atribuem na justificativa de realizar uma avaliação tradicional e classificatória, esquecendo de que essa pode se tornar cada vez mais eficiente na tomada de decisões referentes a aprendizagem de todos os alunos. Como as autoras,

[...] é urgente substituir o caráter classificatório da avaliação escolar, através de notas e provas, por um processo que deverá ser contínuo e qualitativo, visando deturpar o ensino e torná-lo cada vez mais adequado e eficiente à aprendizagem de todos os alunos. (FERNANDES; VIANA, 2009, p. 313 *apud* MANTOAN)

Mesmo que os fatores socioeconômicos influenciem no desempenho do aluno, isto não pode ser considerado determinante, pois cada família apresenta culturas particulares, organizações e funcionamentos que são mais influentes na aprendizagem do que o nível social.

Deste modo, percebe-se a importância da avaliação ser vista como inclusiva, onde permita que o aluno possa demonstrar o seu desenvolvimento durante o seu processo de aprendizagem, oferecendo ao professor subsídios para avaliar também a sua prática, as suas metodologias, a fim de que o aluno tenha um ensino de qualidade.

2.0- O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: RELATO DOS PROFESSORES

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa colaborativa realizada com os professores das Salas de Recursos Multifuncionais do município de Mutuípe.

Foram realizados quinzenalmente encontros com os docentes, com duração de duas horas. As discussões eram feitas através de grupos focais, onde os professores do AEE compartilhavam as experiências vividas e os reflexos sobre suas práticas na Sala de Recursos Multifuncionais.

Para tanto, foi utilizado um roteiro com questões disparadoras disponibilizadas no site do ONEESP, comuns a todos os municípios das diferentes regiões participantes do estudo em rede nacional. Neste roteiro foram tratadas diversas questões referentes ao

AEE, tais como: formação profissional, condições de atendimento, estratégias de avaliação utilizadas pelo professor.

Dentre as diversas temáticas abordadas nos grupos focais, a maior ênfase esteve relacionada ao processo de avaliação da aprendizagem da pessoa com necessidades especiais, uma vez que essas discussões tem grande complexidade e relevância.

Quando indagadas sobre o processo avaliativo nas classes comuns, os professores problematizaram sobre a forma padronizada aplicada para os alunos com NEE que se assemelha a avaliação aplicada ao aluno sem NEE, não havendo assim uma adaptação que se faz necessária. A professora A cita que,

Eu acredito que ele deve usar a media da classe, porque se ele não fosse usar a media da classe ele ia fazer uma prova adaptada, ele não ia pegar a mesma prova que ele deu pra Pedro e dar pra Fábio, por que Fábio tem uma limitação que Pedro não tem. Então, a partir do momento que eu dou a mesma prova pra Pedro e pra Fábio eu vou usar o mesmo padrão. Agora se eu faço uma pra Pedro e outra pra Fábio, aí não, aí eu vou ta fazendo outra avaliação. (Professora A- Grupo focal realizado no dia 30 de Novembro de 2012)

Deste modo, percebemos que ainda o homem tem uma visão padronizada e classificatória quando se trata de avaliar algo ou alguém, onde o desempenho do aluno com NEE é comparado ao dos demais. Como também cita a Professora B que “(...) às vezes ele é avaliado de acordo com o desempenho da turma e não com o desempenho dele. (Professora B- Grupo focal realizado no dia 30 de novembro de 2012)

Ao serem questionadas sobre como ocorre o processo de avaliação no âmbito do AEE, as professoras afirmaram que utilizam o Plano de Desenvolvimento Individual, dos registros diários, dos relatórios, dentre outras atividades, permitindo que o educando se desenvolva, a fim de obter uma aprendizagem significativa, onde leva-se em consideração as especificidades de cada educando.

Neste plano segundo a professora B é registrada a avaliação e a intervenção realizada por elas durante o atendimento de cada aluno. Por meio desses dados coletados, é possível elas observarem e decidirem quais estratégias e conteúdos podem ser desenvolvidos para complementar as dificuldades e até mesmo o interesse do aluno. Assim, o professor poderá ter uma visão de como está ocorrendo o desenvolvimento de determinado aluno, registrando todo o seu processo de aprendizagem.

A gente usa o registro do desenvolvimento do aluno diante da metodologia do que foi proposto, e no final do ano a gente faz um relatório, um relatório final, onde vai lendo o que foi proposto no PDI, o que foi desenvolvido neste estudo diário que a gente faz, aí no final do ano a gente tem o relatório

final.(Professora B- Grupo focal realizado no dia 30 de Novembro de 2012)

A professora A também cita que,

Quando agente faz o plano, ai no final da atividade que é realizada, a gente vai descrevendo ali, fazendo um registro daquela atividade que foi feita, um registro diário, no caso dos dias que ele tá na sala, das atividades que ele executou a gente descreve ali. (Professora A- Grupo focal realizado no dia 30 de Novembro de 2012)

Deste modo, podemos perceber que o plano de desenvolvimento individual do aluno é de fundamental importância para o professor, pois nele pode ser encontrado de forma detalhada como que o aluno está se desenvolvendo e quais estratégias foram utilizadas para amenizar ou eliminar as dificuldades dos alunos.

Segundo Poker (2010), para que o professor desenvolva o seu planejamento faz-se necessário que seja identificado os elementos que facilitam e os que dificultam o aprendizado do aluno, para tanto, o professor precisa de instrumentos avaliativos, os quais darão subsídios para identificar esses elementos durante o seu trabalho em sala de aula. E isto poderá ocorrer através de avaliações orais e escritas, observações, registros, dentre outros elementos avaliativos.

É válido ressaltar que, trabalhar com pessoas com necessidades especiais é respeitar as diversidades e as especificidades de cada aluno. Isto não significa que o professor por causa da deficiência que estes apresentam, deva oferecer um ensino inferior ao que é ofertado aos demais. É necessário que o profissional ofereça a eles um ensino diferenciado e de qualidade, onde atenda as necessidades e supere as dificuldades encontradas por estas pessoas no decorrer do processo de aprendizagem. É acreditar que a pessoa com NEE tem capacidade de se desenvolver e interagir com outras pessoas e com a sociedade. A professora A menciona que,

Eu acho que todo mundo é capaz de fazer alguma coisa dentro das suas limitações, dentro das suas vontades, dentro dos seus desejos. (...) Eu não consigo pegar isso aqui, mas eu não posso dizer que o meu aluno não vai conseguir levantar isso aqui, eu tenho que estimular ele a isso. Se eu estimular ele várias tentativas, várias vezes ele não consegue, ele vai me provar que ele não consegue fazer isso, mas eu tenho que arrumar um jeito dele fazer isso. . (Professora A- Grupo focal realizado no dia 30 de Novembro de 2012)

Deste modo, percebemos que dentre os diversos elementos que envolvem o processo de aprendizagem da pessoa com necessidades educacionais especiais, a avaliação

nos permite reconhecer quais estratégias que deram certo e quais necessitam serem reelaboradas, além de observarmos avanços e dificuldades que os alunos encontraram no decorrer do processo. Permitindo assim, que o professor possa acompanhar o desenvolvimento de cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível concluir que a avaliação é de fundamental importância quando usada com um caráter construtivo, em que são oferecidas as condições indispensáveis para atender as necessidades dos alunos com NEE, pois os resultados obtidos servem de *feedback* para a execução de um planejamento estratégico, visando o acesso e promoção do conhecimento, bem como favorecer a interação do aluno com seus pares educativos.

Destarte, a avaliação não pode ser utilizada como forma de punição ou classificação, e sim como instrumento colaborativo e facilitador da aprendizagem do aluno, uma vez que esta possibilita que o professor possa diversificar e flexibilizar as estratégias de ensino para cada aluno no decorrer do processo.

Deste modo, podemos concluir que as estratégias de avaliação utilizadas pelos professores permitem que o aluno demonstre o aprendizado alcançado no decorrer das aulas, possibilitando que o professor melhore o ensino ofertado às pessoas com necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidade educacionais especiais**. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Diretrizes de avaliação do processo de ensino e aprendizagem para a educação básica**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/pdfse/publicacoes/diretrizes_avaliacao.pdf. Acesso em: 10 de Março de 2013.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**. Secretaria de Educação Fundamental, 1998. Disponível em: <http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Downloads/PCN.PDF>

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Portaria nº 948, de 09 de Outubro de 2007**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 10 de Março de 2013.

FERNANDES, Tereza Liduina Grigório; VIANA, Tania Vicente. **Alunos com necessidades educacionais especiais (NEESs): avaliar para o desenvolvimento pleno de suas capacidades.** Est. Aval. Educ., São Paulo, v.20, n.43, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/ea/arquivos/1495/1495.pdf> . Acesso em: 10 de Março de 2013.

TEIXEIRA, Josele; NUNES, Liliane. **Avaliação inclusiva: a diversidade reconhecida e valorizada.** Rio de Janeiro: Wak, 2010.

POKER, Rosimar Bartolini; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. **Plano de Desenvolvimento Individual: avaliação e ação pedagógica na sala de recursos multifuncionais.** Disponível em: <http://inclusaoee.files.wordpress.com/2011/02/pdi-texto.pdf>. Acesso em: 13 de Março de 2013.

ZABALA, Antoni. A avaliação. In: **A Prática Educativa: Como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.